

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

**Horário de Atendimento ao Público: das Horário de Atendimento ao Público<< Campo excluído do banco de dados >>****SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1000713-84.2015.8.26.0566**  
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer**  
 Requerente: **EDUARDO MURGEL FERRAZ KEHL**  
 Requerido: **Telefônica Brasil S/A**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

**D E C I D O .**

Trata-se de ação em que o autor alegou ser titular de linha telefônica que especificou, a qual não conseguiu transferir a titularidade, para posterior portabilidade, porque segundo a ré ela teria sido dada como garantia de operações de crédito.

Alegou ainda que desconhece por completo esse assunto, não tendo a ré oferecido explicação sobre o mesmo.

Almeja à condenação da ré ao cumprimento de obrigação de fazer consistente em realizar a troca da titularidade da aludida linha, informando detalhes sobre a operação de crédito que invocou para não efetuar-la.

A ré em genérica contestação não impugnou específica e concretamente os fatos articulados pelo autor e sequer se manifestou sobre os documentos que instruíram a petição inicial.

Teceu considerações sobre a portabilidade das linhas telefônicas, tema que não foi apresentado a debate.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

**Horário de Atendimento ao Público: das** Horário de Atendimento ao Público << Campo excluído do banco de dados >>

Diante disso, ela foi instada a manifestar-se especificamente sobre o documento de fl. 35, "*esclarecendo – e comprovando – as condições da garantia de crédito lá mencionada*" (fl. 87).

Em resposta, nada aclarou sobre o tema como se vê a fl. 89.

O quadro delineado torna de rigor o acolhimento da pretensão deduzida.

O autor de um lado possui o direito em promover a transferência da titularidade de sua linha telefônica, ao passo que a ré, de outro, em momento algum justificou de maneira minimamente consistente por qual razão assim não agiu.

A fragilidade do argumento de que lançou mão é patente e nem mesmo quando a questão foi especificamente suscitada a ré forneceu detalhes que respaldassem sua recusa.

Ela, portanto, afigura-se ilegítima e não poderá preponderar.

Por oportuno, ressalvo que diante da determinação para a transferência da titularidade da linha as informações sobre a operação de crédito que ela garantiria perderam o sentido.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE** a ação para condenar a ré ao cumprimento de obrigação de fazer consistente em realizar a troca da titularidade da linha telefônica nº (16) 3361-2122 do autor para a empresa KEHL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA. no prazo máximo de dez dias e de acordo com o documento de fls. 33/34.

Transitada em julgado, intime-se a ré pessoalmente para cumprimento (Súmula nº 410 do Superior Tribunal de Justiça), **devendo o documento de fls. 33/34 instruir a intimação.**

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95. P.R.I.

São Carlos, 27 de março de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**